RBTCC Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva
e-ISSN: 1982-3541

2023, v. 24, pp. 1—19, e221795
Seção Especial Análise do Comportamento Teoria dos Jogos e Economia Comportamental

“A ocasião faz o ladrão”: Efeito de variáveis contextuais sobre o comportamento desonesto

“Opportunity makes the thief”: Effect of contextual variables on dishonest behavior.
“La ocasión hace al ladrón”: Efecto de variables contextuales sobre la conducta deshonesta.

Diogo Conque Seco Ferreira, Diego Fonseca Gois, José Milton de Lima Júnior

Universidade Federal de Sergipe

Histórico do Artigo
Recebido: 15/10/2020.
1ª Decisão: 21/08/2021.
Aprovado: 10/11/2022.

DOI
10.31505/rbtcc.v24i1.1795

Correspondência
Diogo Conque Seco Ferreira
diogoseco@ufs.br

Departamento de Psicologia,
Av. Marechal Rondon Jardim, s/n,
Rosa Elze, São Cristóvão, SE, Brasil,
49100-000

Editor Responsável
Pedro Faleiros

Como citar este documento
Ferreira, D. C. S., Gois, D. F., & Lima Júnior, J. M. (2025). “A ocasião faz o ladrão”: Efeito de variáveis contextuais sobre o comportamento desonesto.. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, *24*, 1–19. https://doi.org/10.31505/rbtcc.v24i1.1795

Resumo

Atos desonestos são comuns em praticamente todas as culturas. Diante de um terreno fértil no contexto brasileiro atual e motivados pela análise de Ariely acerca do tema, este artigo investiga, à luz da análise do comportamento, os resultados obtidos a partir da aplicação da tarefa das matrizes em quatro grupos com diferentes contingências de reforço. O presente experimento foi realizado em uma amostra de 242 participantes divididos em quatro grupos experimentais, em um delineamento entre-grupos. Os resultados apontam para o efeito de variáveis contextuais sobre a frequência de atos desonestos, evidenciando que fatores grupais estão relacionados ao aumento de comportamentos desonestos, tanto na quantidade de trapaça quanto na quantidade de pessoas que trapaceiam. Pautado na compreensão do fenômeno a partir da literatura sobre desonestidade, este estudo se propõe a contribuir trazendo uma interpretação analítico comportamental sobre o fenômeno e apontando novas variáveis para serem consideradas em uma discussão.

Palavras-chave: Desonestidade; tarefa das matrizes; Behavioral Perspective Model; Análise do Comportamento.

Abstract

Dishonest behavior is common in virtually all cultures. In face of the current Brazilian context and motivated by Ariely´s analysis of the phenomenon, this paper investigates, from a behavior-analytic standpoint, the results obtained with the application of the matrix task in four groups with different contingencies of reinforcement. The present experiment was conducted with 242 participants divided in 4 experimental groups, in a between-subjects design. The results indicate the effect of contextual variables on the frequency of dishonest behavior, not only in the amount of cheating, but also in the number of cheaters. Based on the comprehension of the phenomenon on existing psychological literature about dishonesty, this study put forth a contribution to the behavior analytic interpretation of the phenomenon and points to new variables to be considered for discussion.

Key words: Dishonesty; the matrix task; Behavioral Perspective Model; Behavior Analysis.

Resumen

Actos deshonestos son comunes en prácticamente todas las culturas. Frente a un terreno fértil en el contexto actual brasileño y motivados por el análisis de Ariely acerca del tema, este artículo investiga, a la luz del análisis conductual, los resultados obtenidos a partir de la aplicación del método de las matrices en cuatro grupos con diferentes contingencias de refuerzo. El presente experimento fue realizado en una muestra de 242 participantes divididos en cuatro grupos experimentales, en un diseño entre-grupos. Los resultados señalan el efecto de las variables contextuales sobre la frecuencia de actos deshonestos, evidenciando que factores grupales están relacionados a su aumento: tanto en la cantidad de trampas, así como en la cantidad de personas que las usan. Pautado en la compresión del fenómeno a partir de la literatura sobre deshonestidad, este estudio se propone a contribuir trayendo una interpretación analítico comportamental sobre el mismo y señalando nuevas variables para ser consideradas en una discusión.

Palabras clave: Deshonestidad; tarea de las matrices; Behavioral Perspective Model; Análisis de la Conducta.

ABPMC ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO COMPORTAMENTO

2025 © ABPMC. OPEN ACCESS É permitido compartilhar e adaptar. Deve dar o crédito apropriado, não pode usar para fins comerciais.

“A ocasião faz o ladrão”: Efeito de variáveis contextuais sobre o comportamento desonesto.

Diogo Conque Seco Ferreira, Diego Fonseca Gois, José Milton de Lima Júnior

Universidade Federal de Sergipe

Atos desonestos são comuns em praticamente todas as culturas. Diante de um terreno fértil no contexto brasileiro atual e motivados pela análise de Ariely acerca do tema, este artigo investiga, à luz da análise do comportamento, os resultados obtidos a partir da aplicação da tarefa das matrizes em quatro grupos com diferentes contingências de reforço. O presente experimento foi realizado em uma amostra de 242 participantes divididos em quatro grupos experimentais, em um delineamento entre-grupos. Os resultados apontam para o efeito de variáveis contextuais sobre a frequência de atos desonestos, evidenciando que fatores grupais estão relacionados ao aumento de comportamentos desonestos, tanto na quantidade de trapaça quanto na quantidade de pessoas que trapaceiam. Pautado na compreensão do fenômeno a partir da literatura sobre desonestidade, este estudo se propõe a contribuir trazendo uma interpretação analítico comportamental sobre o fenômeno e apontando novas variáveis para serem consideradas em uma discussão.

Palavras-chave: Desonestidade; tarefa das matrizes; Behavioral Perspective Model; Análise do Comportamento.

A partir da análise do modelo econômico do crime de Becker (1968), Carreiro e Oliveira-Castro (2016) propõem a interpretação de atos de corrupção baseada no Behavioral Perspective Model (BPM; Foxall, 2001), aproximando a análise do comportamento da área de estudos de corrupção e comportamentos desonestos. Como indicam os autores, o BPM incorpora reforçadores e eventos aversivos simultaneamente na explicação de comportamentos, além de possibilitar a separação, ao menos em teoria, entre consequências utilitárias e informativas.

O referido modelo foi elaborado a partir de revisão bibliográfica nos anos 1990 (Foxall 1990/2004; 1998) e desde então encontrou-se base empírica para suas predições, em diferentes contextos investigativos (Oliveira-Castro et al., 2011, Sigurdsson et al., 2013, Fagerstrom et al., 2010). Embora tenha sofrido algumas modificações ao longo deste período, o cerne do modelo aponta para a contextualização do comportamento do consumidor, em seu setting atual e suas influências históricas, e a consideração de dois grandes tipos de consequências, utilitárias e informativas. A Figura 1 apresenta uma descrição esquemática do modelo. Embora tenha sido criado tendo como principal foco o comportamento de consumo, apresentaremos uma versão generalizada do modelo que permite sua aplicação a diversos contextos de relevância social, como endividamento, corrupção e comportamento pró-ambiental.

Por “Situação” entende-se toda e qualquer circunstância do cenário imediato que altere a probabilidade de ocorrência de ações dos indivíduos. De acordo com Foxall (2016), o cenário comportamental é composto de sinais que indicam a disponibilidade de consequências e estímulos que motivam o comportamento (Operações Estabelecedoras). O escopo do cenário pode variar em graus de liberdade para o agente considerado: desde

cenários abertos, onde há uma possibilidade ampla de comportamentos a serem emitidos, até cenários fechados, com marcada restrição de opções. A “História de Aprendizagem" considera todas as experiências deste indivíduo em ambientes semelhantes. A intersecção do Cenário com a História de Aprendizagem produz a *situação* na qual ocorre o comportamento. Esta concepção possibilita grande flexibilidade na interpretação das ações de diferentes indivíduos, uma vez que mesmo estando no mesmo cenário atual (por exemplo, uma loja ou em um laboratório), suas ações serão em parte determinadas por seus históricos de experiências em situações semelhantes, o que garante a ocorrência de padrões idiossincráticos de ações.

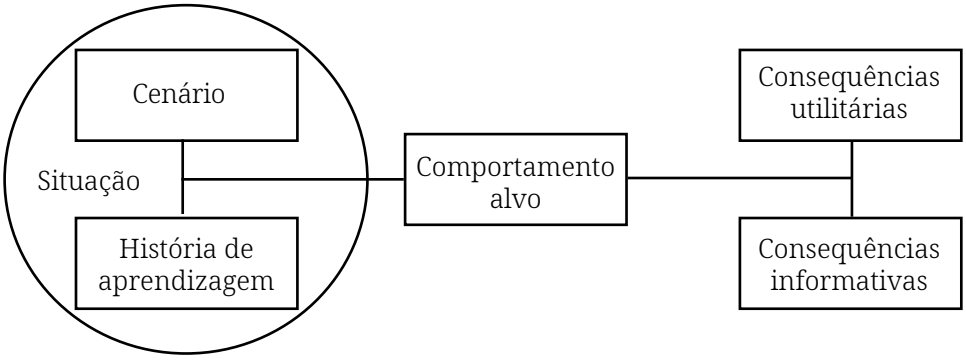

Figura 1. Descrição esquemática do Behavioral Perspective Model em uma versão generalizada

Seguindo a análise do modelo, é necessário caracterizar as consequências do comportamento, que podem ser de dois tipos. O primeiro tipo, “Consequências Utilitárias”, são as consequências *mecânicas* decorrentes da emissão do comportamento, podendo ser reforçadoras ou aversivas. Já as “consequências informativas” seriam aquelas mediadas por outras pessoas e estariam relacionadas ao feedback social relacionado à posse, uso ou a própria emissão do comportamento. No contexto do comportamento de consumo, as consequências utilitárias são aquelas decorrentes da posse e uso de determinado produto, e estão diretamente associadas a este, enquanto as consequências informativas se relacionam com a maneira como as demais pessoas responderam ao consumo daquele produto e podem conferir prestígio ou desabono ao consumidor (Foxall, 1990).

Apesar de estar centrada na análise da Corrupção, a interpretação apresentada por Carreiro e Oliveira-Castro (2016) pode ser generalizada para abarcar comportamentos desonestos de forma mais ampla. Desta forma, a situação do comportamento desonesto envolve não apenas as características formais do cenário onde a tomada de decisão ocorre, mas também fatores sociais e históricos envolvidos na vida do indivíduo em questão, bem como o contexto mais amplo onde ele está inserido (isto é, as práticas sociais de sua sociedade). As consequências do comportamento desonesto podem ser classificadas como esquemas concorrentes envolvendo consequências utilitárias e informativas. Acesso a recursos pecuniários, privilégios ou outras vantagens materiais se caracterizariam como reforçadores utilitários, enquanto as sanções e multas que podem decorrer dessa conduta

como punições utilitárias. No que concerne as consequências informativas relacionadas ao comportamento desonesto, destaca-se o poder e prestígio, admiração de pares e até a sensação de júbilo e de pertencimento ao grupo, caso tal prática seja comum entre seus pares (reforçadores informativos) e críticas de terceiros, familiares ou colegas, e incluindo as sensações aversivas decorrentes de imoralidade e/ou ilegalidade de sua conduta, como culpa, desonra ou vergonha (punições informativas). Para compreender o comportamento desonesto de um indivíduo, devemos então avaliar o cenário onde ocorre o comportamento, as características da história de reforçamento daquele indivíduo e o contexto social mais amplo onde ele se insere, bem como compreender quais as consequências que mantém ou incentivam aquele comportamento.

A partir desta compreensão analítico comportamental, é possível fazer uma relação direta com a "Teoria de Margem de Manobra" apresentada por Ariely (2012) com o modelo Analítico. Nela, o autor critica a teoria racional do crime, de Becker (1968), por não incorporar elementos que ajudem a compreender sutilezas da desonestidade. Para o autor, além de considerar fatores racionais para a emissão do comportamento desonesto (seus possíveis custos e ganhos), é imprescindível avaliar as repercussões do comportamento sobre a imagem que o indivíduo tem de si mesmo e que espera que outros tenham. Isto é, o comportamento desonesto só seria emitido caso o somatório das consequências utilitárias e informativas sejam predominantemente positivas: além de gerar consequências utilitárias positivas, que as demais pessoas, e/ ou o próprio participante, possam avaliar se o comportamento como moral, legal ou socialmente aceitável.

Ariely (2012) chamou de "margem de manobra" o espaço entre desonestidades socialmente aceitáveis (ou justificáveis) e aquelas inquestionavelmente punidas por um grupo. Para determinar a probabilidade de um ato desonesto, seria importante saber como o grupo estabelece sanções a diferentes magnitudes e/ ou tipos de trapaças. Em uma série de experimentos, Mazar, Amir, e Ariely (2008) demonstraram como manipulações no cenário de experimentos (seja com instrução verbal ou com modificações na tarefa e contexto de execução; é importante salientar que esta interpretação é dos presentes autores: no texto original, a abordagem teórica adotada é de cunho cognitivista) produzem alterações na taxa de desonestidade, mantendo as consequências utilitárias constantes (em seus experimentos, a recompensa em dinheiro pelo desempenho). Em uma interpretação comportamental à luz da BPM, suas manipulações funcionam ao sinalizar diferentes consequências informativas para o participante, que, por sua vez, alteram a probabilidade da trapaça.

Um dos métodos mais utilizados pelo grupo de autores é conhecido como "Tarefa das Matrizes" (Mazar, Amir, & Ariely, 2008). Os participantes são recrutados para uma atividade que poderá gerar uma quantia determinada de dinheiro contingente a sua performance. Em seguida, cada um recebe uma folha de papel contendo 20 matrizes diferentes,

contendo 12 números com duas casas decimais dispostos em uma matriz de 4 linhas e 3 colunas, e são instruídos a achar em cada matriz, dois números que ao serem somados tenham como resultado exatamente o número dez. A cada resposta correta, ganham um valor financeiro. O tempo para a atividade é limitado de forma que concluir a atividade inteira é altamente improvável.

A principal manipulação nestes estudos é a probabilidade de controle da correspondência entre o desempenho efetivo do participante (i.e., quantas matrizes ele acertou) e o desempenho relatado pelo participante. Para o grupo controle, as matrizes sempre são corrigidas pelo experimentador, sinalizando consequências punitivas imediatas caso o participante tente trapacear, enquanto para o(s) grupo(s) experimental(is), os participantes apenas relatam seus acertos e descartam as folhas de respostas, sem acreditar que seu desempenho seria verificado. Entretanto, por meio de procedimentos engenhosos, os experimentadores são capazes de identificar o desempenho de cada participante. Utilizando este procedimento, Mazar, Amir, e Ariely (2008), realizaram seis experimentos distintos, demonstrando o impacto da saliência das normas sociais na diminuição da desonestidade (experimentos 1 e 2) e da flexibilidade na justificativa da desonestidade no seu aumento (experimento 4). Em seu experimento 6, os autores manipularam a probabilidade de ser flagrado cometendo o ato desonesto em três níveis de probabilidade distintos e não observaram efeito significativo no aumento da trapaça. Os autores também relatam um experimento adicional (não descrito no corpo do texto, mas na discussão geral) no qual o aumento do valor por acerto relatado (em até 25x) não ocasionou aumento na trapaça, pelo contrário: no grupo onde a resposta correta tinha o maior valor, observou-se o menor taxa de trapaça.

Os resultados obtidos contrariam hipóteses baseadas somente no efeito da magnitude do reforço utilitário sobre a trapaça. Mesmo alterando a magnitude do reforço, o nível de trapaça se manteve estável, e ainda por cima, quando foi oferecido US$10 por resposta correta, a taxa de trapaça (medida como a diferença no número médio de matrizes corretamente solucionadas entre os grupos) diminuiu. Deste modo, o comportamento desonesto parece ser fruto de contingências sociais presentes no ambiente que sinalizam alto reforço e baixa consequências punitivas (aversivas) associado a consequências informativas de trapacear. Com o aumento do valor da trapaça, é possível interpretar que a expectativa de avaliação social (e até mesmo de autoavaliação) passaram a ser aversivas.

Desde a adaptação do método da matriz para estudos sobre desonestidade, ele já foi utilizado em mais de 100 estudos, produzindo resultados robustos e replicáveis, como indica recente meta análise (Gerlach, Teodorescu, & Hertwig, 2019). Dentre as variáveis investigadas, destaca-se o efeito da identidade social dos participantes e dos trapaceiros. Gino, Ayal, e Ariely (2009) manipularam o efeito de uma demonstração clara de trapaça de um confederado sobre o comportamento desonesto

dos demais participantes na tarefa das matrizes. No delineamento de seu Experimento 1, os autores contrataram um ator para levantar-se e anunciar para o experimentador que já havia concluído a atividade com apenas 1 minutos de tê-la iniciado. A identidade grupal do confederado foi manipulada em duas condições experimentais distintas: em uma ela usava uma camisa normal (*plain t-shirt*) enquanto na outra, o confederado usava a camiseta de uma universidade rival, sinalizando pertencimento a um grupo externo. Os autores encontraram resultados significativos para esta manipulação, com o grupo do confederado endogrupo trapaceando em maior frequência que o grupo onde o confederado era identificado como do grupo rival. Os autores atribuem seus resultados a percepção da ineficiência (ou inexistência) da norma social sancionando a trapaça em seu grupo ao observar um companheiro de grupo sendo desonesto.

Há, entretanto, uma pergunta em aberto ao considerar os resultados de Gino, Ayal, e Ariely (2009), relacionada ao uso da tarefa das matrizes como procedimento experimental. Uma das variáveis com maior relevância nos estudos de desonestidade é o grau de impacto do comportamento desonesto nos demais, isto é, sua externalidade. Gerlach, Teodorescu, e Hertwig (2019) observaram que quanto maior o impacto imposto sobre outros de atos desonestos, menor a sua taxa. No entanto, a tarefa das matrizes normalmente disponibiliza consequências para o trapaceiro que não afetam os demais membros do grupo; os ganhos dos participantes são independentes (ver Rigdon e D´Esterre, 2012 para uma exceção). A imposição de um custo a ser pago por todos os demais em casos de trapaça aproximaria a situação de casos de corrupção, como os descritos por Carneiro e Oliveira-Castro (2018). Sendo assim, é possível que o impacto de variáveis de identidade grupal seja distinto caso a trapaça tenha um custo para os participantes do endogrupo.

O objetivo do presente trabalho é realizar uma replicação sistemática do Experimento 1 de Gino, Ayal, e Ariely (2009) com modificações que permitam avaliar o efeito de variáveis sociais sobre o comportamento desonesto em uma tarefa na qual comportamentos desonestos geram consequências positivas para o perpetrador e negativas para todos os demais. No presente trabalho, a trapaça realizada por qualquer outro participante afetou diretamente a probabilidade de ganho do indivíduo. Como nossos participantes receberam bilhetes para o sorteio de um prêmio, um bilhete adicional obtido desonestamente diminuía efetivamente o valor esperado de cada bilhete. Assim, a trapaça trazia não apenas benefícios para o trapaceiro (aumento de chance de ganhar o prêmio), mas também prejuízo a todos os demais, pois seus bilhetes passariam a valer menos (isto é, teriam menor valor esperado). Como no modelo descrito por Carreiro e Oliveira-Castro (2018), diversos casos de comportamento desonesto (como a corrupção) geram externalidades negativas para toda a sociedade: o dinheiro público desviado em casos de desonestidade governamental, por exemplo, enriquece alguns ao mesmo tempo em que afeta a prestação de serviços públicos, prejudicando todos os cidadãos.

Método

Participantes

O experimento foi realizado com 242 participantes dos quais 235 eram estudantes da Universidade Federal de Sergipe e 7 não eram, que foram recrutados por conveniência. A amostra foi composta por estudantes de 57 cursos diferentes. A Tabela 1 mostra o gênero e a renda dos participantes de cada situação experimental.

Os alunos eram abordados nas dependências da Universidade Federal de Sergipe, no momento do recrutamento os recrutadores convidavam os participantes para participar de um experimento de psicologia sobre auto-eficácia em que eles iriam resolver uma tarefa e ganhariam cupons para participar de um sorteio de um vale compras em um café da universidade que foi escolhida pelos participantes por ser um local bem ocupado por alunos e professores da universidade e que possui uma grande variedade de opções de comida e bebida. Os participantes que aceitavam participar eram conduzidos até o auditório onde foi realizado o experimento e assim que chegavam eram convidados a escolher um assento, a ler o termo de consentimento e assiná-lo, enquanto isso acontecia, outros participantes eram recrutados. O experimento iniciava quando houvesse cerca de 15 participantes no local e somente após todos assinarem o termo de consentimento.

Tabela 1
Caracterização da amostra quanto a gênero e renda, para todos os grupos experimentais.

Grupo Experimental	Gênero		Renda		
	Masculino	**Feminino**	**Até R$1.000,00**	**Entre R$1.001,00 e R$2.000,00**	**Superior a R$2.0001,00**
Controle	24 (38,1%)	39 (61,9%)	23 (37,1%)	22 (35,5%)	17 (27,4%)
Situação sem confederado	30 (50%)	30 (50%)	11 (18,3%)	27 (45%)	22 (36,7%)
Confederado Endogrupo	34 (56,7%)	26 (43,3%)	13 (21,7%)	29 (48,3%)	18 (30%)
Confederado Exogrupo	29 (42,2%)	30 (50,8%)	17 (28,8%)	25 (42,4%)	17 (28,8%)

Materiais e instrumentos

Cada participante possuía uma folha com 20 matrizes e uma folha de respostas composta por um questionário socioeconômico e um espaço a ser preenchido pelos próprios participantes com a quantidade de matrizes que eles resolveram. A atividade com as matrizes (ver Figura 2) consistia em encontrar os dois únicos números em cada quadro que somados totalizariam exatamente o valor 10.

4.77	6.40	5.23
1.69	4.55	9.31
8.98	4.99	8.59
5.70	2.14	3.18

Figura 2. Modelo de matriz que os participantes deveriam resolver.

Para mensurar o nível de pertencimento grupal dos participantes, foi inserida a seguinte afirmação no questionário socioeconômico: “Me identifico como aluno da UFS” e solicitado ao participante informar o quanto ele concordava com aquela afirmação através de uma escala Likert. Com a intenção de também mensurar a autoeficácia do participante na atividade e se ela teria algum efeito no fenômeno da desonestidade, foram colocadas duas afirmações no mesmo questionário: “Sou bom em resolver tarefas como a realizada no experimento” e “Quanto mais desafiadora a tarefa, mais eu tento” e solicitado que o participante informasse o quanto concordava com tais afirmações através de uma escala Likert.

Cada par de folha de matrizes e de respostas recebidas pelo participante possuíam um mesmo código de identificação único. Esse código serviu para identificar individualmente a taxa de trapaça de cada participante depois que as folhas de matrizes amassadas foram resgatas da lixeira.

Local

A sala onde ocorreu o experimento foi no auditório de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Este local é uma sala ampla localizada no primeiro andar do Centro de Educação de Ciências Humanas. A sala é climatizada e possui várias janelas de vidro deixando o local bem iluminado. Possui cerca de 30 carteiras arrumadas em 5 fileiras e uma mesa grande, onde os experimentadores ficavam sentados, localizada de frente para as carteiras e próximo a porta. As folhas de resposta e de matrizes eram dispostas nas carteiras antes dos participantes chegarem ao local respeitando sempre um espaço de uma carteira vazia entre as que seriam ocupadas para evitar que os participantes ficassem sob controle da tarefa dos outros. Ao chegar na sala os participantes eram solicitados a sentar em qualquer uma das carteiras que estavam com as folhas e instruídos a não trocar de lugar.

Procedimentos

Os integrantes foram divididos em 4 grupos com 60 participantes cada. Para cada grupo experimental, por limitações de espaço, houve 4 aplicações com cerca de 15 participante cada uma. Todo o experimento foi aplicado em 16 sessões. Quando os participantes chegavam no Auditório, eram solicitados a assinar o termo de consentimento enquanto aguardavam a chegada de outros participantes. Inicialmente, Era comunicado a todos que

o objetivo do experimento era mensurar a autoeficácia após a realização de uma atividade qualquer (atividade das matrizes).

Antes de dar as instruções, o experimentador perguntava se todos eram alunos da UFS. Só então lia as instruções para a realização do experimento e explicava que os participantes ganhariam para cada matriz resolvida dentro do tempo de 5 minutos um cupom que permitia concorrer a um sorteio de um vale compras no Geeks Café. O valor do vale compras, caso a pessoa fosse sorteada, seria de R$5,00 para cada matriz resolvida. Por exemplo, se o participante resolve 10 matrizes ganharia 10 cupons e, caso fosse sorteado, seu vale compras seria no valor de R$50,00. Note que, para obter o reforçador, o participante deveria ganhar o sorteio e suas chances aumentariam, assim como o valor do vale compras, a depender da quantidade de cupons que ele obtivesse. Sendo assim, outros participantes trapacearem diminuiria a chances de o indivíduo ganhar, ou seja, a trapaça dos outros poderia afetar a chances de o indivíduo ganhar, criando aqui uma diferença entre o experimento original, onde o ganho do participante era individual e independente do desempenho dos outros participantes.

No Grupo 1 (Controle), foram entregues ambas as folhas e, antes de começar a contagem dos 5 minutos, os participantes eram comunicados de que os experimentadores iriam corrigir a quantidade de matrizes e só então seria realizada a entrega dos cupons. Este grupo serviu como linha de base da situação sem oportunidade de ser desonesto, já que os participantes entregariam tanto a folha de resposta quanto as folhas das matrizes aos experimentadores após o tempo de 5 minutos, podendo assim ser pegos caso trapaceassem.

No Grupo 2 (situação sem confederado) foi realizado o mesmo procedimento do Grupo 1, mas nesse caso, era dada a informação de que o próprio participante corrigiria a sua atividade assim que terminasse o tempo de 5 minutos, amassaria e jogaria no lixo a folha com as matrizes. Voltaria, então, ao seu lugar e anotaria na folha de respostas a quantidade de matrizes resolvidas e responderia o questionário socioeconômico. Feito isto, entregaria ao experimentador apenas a folha de respostas. Desta maneira, o participante tinha a oportunidade de aumentar a quantidade de matrizes que realmente resolveu, já que os participantes achariam que os experimentadores não teriam acesso a quantidade real de matrizes resolvidas, configurando-se a situação como oportuna para ser desonesto. No entanto, as folhas de matrizes amassadas eram resgatadas da lixeira posteriormente.

A situação do Grupo 3 foi semelhante à do Grupo 2, mas nesta foi envolvido um confederado. O confederado era um jovem de 22 anos, em todas as aplicações ele estava vestido de calça, camiseta e tênis (traje comumente usado pelos estudantes da Universidade) e carregava uma mochila nas costas. Inicialmente, quando era perguntado se todos ali eram alunos da UFS (pergunta feita a todos os 4 Grupos), o confederado balançava a cabeça com os outros participantes afirmando que sim. Identificando-se, desta maneira, como estudante da UFS. Nesta situação experimental, o

confederado, após 1 minuto de atividade, dizia que havia terminado a tarefa e que tinha concluído todas as 20 matrizes. Com isso, ele era instruído a se levantar, amassar a folha de matrizes e jogar no lixo e, antes mesmo do tempo terminar, anotar a quantidade de matrizes na sua folha de resposta, responder ao questionário e entregá-la ao experimentador. Recebia seus 20 cupons para o sorteio, enquanto os outros na sala observavam, configurando assim a situação com a influência de uma pessoa desonesta do endogrupo (mesmo grupo dos outros participantes).

A situação do Grupo 4 foi similar à do Grupo 3: a alteração aqui realizada foi o confederado se identificar como membro externo à UFS. Neste cenário, o confederado, que era a mesma pessoa da situação anterior, se identificava como estudante de uma universidade particular quando a pergunta inicial se todos eram alunos da UFS era feita, configurando-se assim a situação com influência de uma pessoa desonesta do exogrupo (grupo diferente do grupo dos outros participantes). Na Figura 3, é possível observar todo o delineamento experimental de cada grupo.

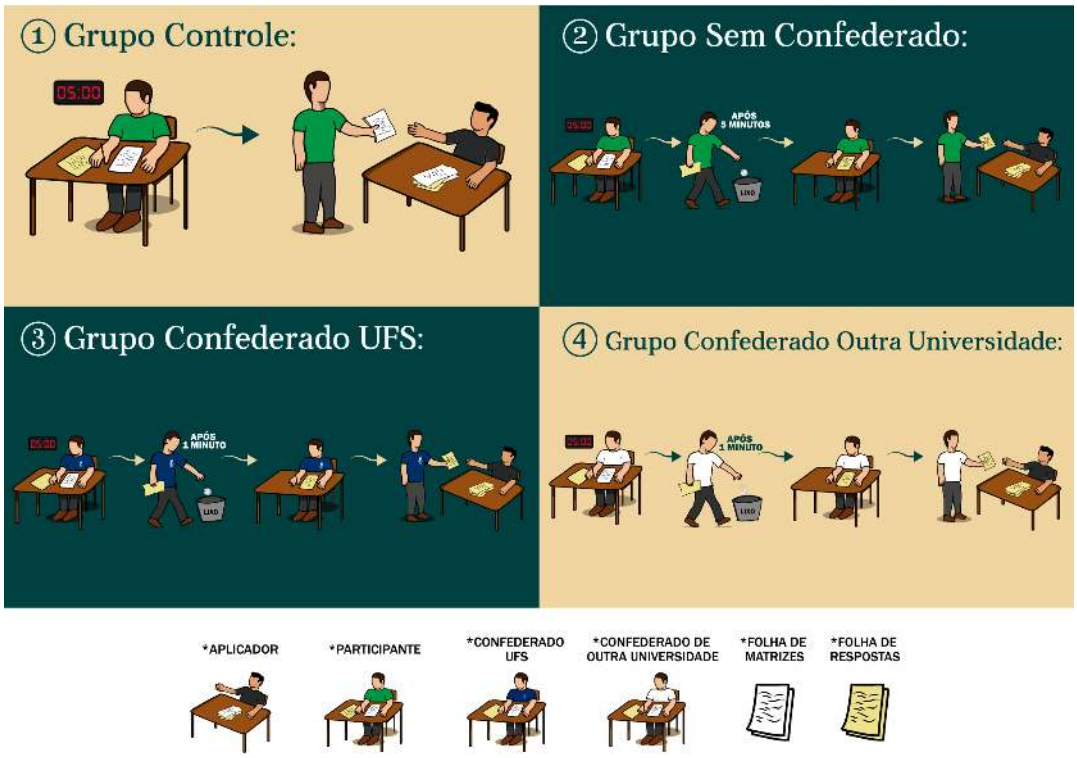

Figura 3. Delineamento experimental por grupo.

Procedimento de análise de dados

O nível ou taxa de trapaça no experimento refere-se à diferença entre a quantidade de matrizes realmente resolvidas (já que as folhas eram resgatadas da lixeira) e a quantidade de matrizes que o participante informava ter resolvido na folha de resposta que era entregue. Além do nível de trapaça, também era possível saber a quantidade de participantes que trapacearam em cada condição, já que cada par de folhas (folha de matrizes e folha de resposta) possuía um mesmo número único de identificação para cada participante. É importante ressaltar que não houve nenhum tipo de

identificação pessoal nas folhas, mantendo assim o anonimato de todos que fizeram parte do experimento.

Como forma de diferenciar entre erro e trapaça nos números circulados na folha de matrizes, já que era o próprio participante que corrigia a tarefa e alguns poderiam não perceber que havia alguma matriz incorreta e reportar na folha de resposta como correta, foi adotado o seguinte critério: Caso a soma de ambos os números que estivessem circulados nas folhas de matrizes recolhidas da lixeira tivessem resultado entre 9 e 11, era considerado como erro e não incluído na taxa de trapaça, mas qualquer outra soma obtida era considerada trapaça. Além disso, era considerada trapaça colocar mais matrizes na folha de resposta do que as que estavam circuladas na folha de matrizes.

As análises estatísticas dos resultados obtidos foram realizadas através do software SPSS for Windows Versão 21. Foram realizados testes inferenciais, descritivos e teste de Qui-Quadrado. O ponto principal das análises foi verificar se havia diferenças significativas entre as médias de matrizes colocadas de cada grupo.

Inicialmente fez-se um teste t de amostras pareadas para determinar se havia diferença significativa entre as médias da quantidade real de acertos dos participantes (obtida pela análise das folhas que haviam sido amassadas e jogada na lixeira) e a quantidade declarada pelos participantes na folha de resposta.

Posteriormente, para saber se houve diferenças entre os grupos que receberam diferentes níveis da VI foi realizado um teste de Kruskal-Wallis entre os grupos e a diferença entre as médias declaradas pelos participantes e a quantidade de acertos real obtida pela análise das folhas amassadas e jogadas no lixo (taxa de trapaça).

Foi realizado também um teste de qui-quadrado de independência para saber se há associação entre o grupo que o participante estava durante o experimento e se ele trapaceou ou não. Como também, uma correlação de Spearman entre a renda dos participantes e o nível de trapaça.

Resultados

As diferenças entre as médias foram significativas em todos os grupos, confirmando que de fato existem diferenças entre a quantidade realmente acertada e a quantidade declarada pelo participante, ou seja, que em todos os grupos houve comportamentos de trapaça, como pode ser observada na Tabela 2.

O teste de Kruskal-Wallis mostrou que existe efeito do grupo no nível de trapaça [$X2(3) = 11{,}165$; $p = 0{,}011$]. Em seguida, através da realização de um post hoc evidenciou-se que essa diferença ocorre apenas entre o grupo controle e o grupo com confederado de outra universidade. Assim, quando existe alguém do exogrupo que trapaceia explicitamente durante uma determinada atividade, as pessoas tendem a trapacearem significativamente, como pode ser observado na Figura 4.

Tabela 2
Média e desvio padrão da quantidade de acerto real e declarado pelo participante.

Grupo	Média de acertos real	Média de acertos declarados	Diferença (Δ)	*t* test
Controle	*M* = 3,825 *DP* = 2,849	*M* = 4,111 *DP* = 2,777	Δ*M* = -0,286 Δ*DP* = 0,991	*t*(62) = -2,289, *p* = 0,025
Sem confederado	*M* = 4,966 *DP* = 3,168	*M* = 5,322 *DP* = 2,873	Δ*M* = -0,356 Δ*DP* = 0,804	*t*(58) = -3,399, *p* = 0,001
Confederado endogrupo	*M* = 3,603 *DP* = 4,190	*M* = 4,190 *DP* = 2,844	Δ*M* = -0,586 Δ*DP* = 1,522	*t*(57) = -2,933, *p* = 0,005
Confederado exogrupo	*M* = 4,431 *DP* = 3,336	*M* = 5,328 *DP* = 3,316	Δ*M* = -0,897 Δ*DP* = 1,734	*t*(57) = -3,938, *p* < 0,001

Observa-se na Figura 4 que a quantidade total de pessoas representa a quantidade de pessoas que participaram do experimento em cada grupo. Da mesma forma, a quantidade de trapaceiros representa a quantidade de participantes que trapacearam durante a aplicação em cada grupo experimental. Sendo assim, o grupo em que mais participantes trapacearam foi o que o confederado se identificava como de outra universidade. Neste grupo houve tanto um maior nível de trapaça (quantidade de matrizes colocadas a mais), quanto uma maior quantidade de participantes que trapacearam. Neste cenário, 37,9% dos participantes trapacearam e a quantidade média de matrizes colocadas a mais também foi maior do que nos outros grupos. Isso chama a atenção para o fato de que quando há alguém do exogrupo trapaceando, a sua ação tem duplo efeito: mais pessoas trapaceiam e tais pessoas tendem a trapacear numa taxa maior, ou seja, aumenta o número de matrizes colocadas a mais do que as que realmente foram acertadas.

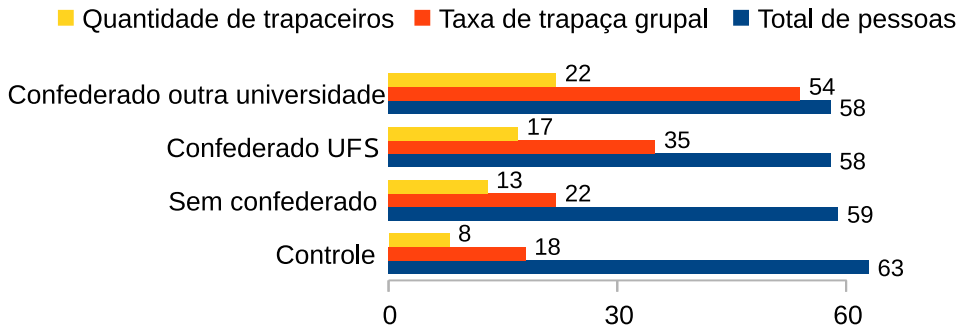

Figura 4. Quantidade de participantes, a taxa de trapaça grupal e o número de pessoas que trapacearam em cada grupo.

Já a menor taxa de desonestidade foi no grupo controle em que, mesmo o participante sabendo que entregaria as folhas das matrizes e que poderia

ser pego trapaceando, 12,7% das pessoas não foram honestas. Nota-se também que em ambas as situações com confederado, os participantes trapacearam mais do que na situação sem confederado. Deste modo, a nossa hipótese de que as pessoas tendem a trapacear mais quando veem alguém trapaceando foi corroborada. No entanto, esse valor é significativo apenas quando elas veem alguém do exogrupo executando a trapaça. O teste de qui-quadrado de independência mostrou que há associação entre o grupo que o participante estava durante o experimento e se ele trapaceou ou não [$X2(3) = 11{,}041$; $p = 0{,}012$]. Esses dados podem ser observados na Figura 5.

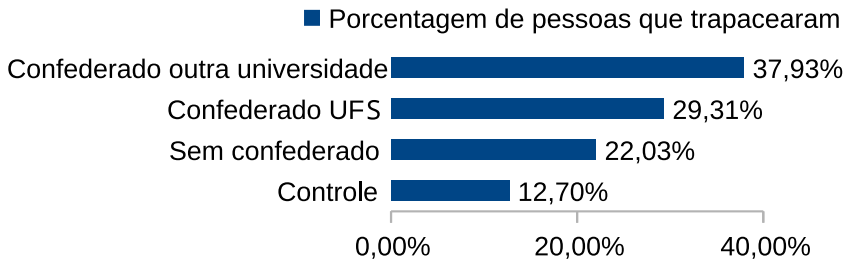

Figura 5. Porcentagem de participantes que trapacearam por grupo.

No que compete ao nível de pertencimento grupal dos participantes foi possível notar que todos possuíam níveis de identificação com a UFS parecidos e que esses níveis, em sua maioria, se concentravam entre uma parcial e total concordância com a afirmação apresentada no questionário (ver Tabela 3). Este dado ajuda a sustentar a ideia de que o confederado, ao se identificar como aluno de outra universidade, era visto como alguém do exogrupo dos participantes.

Tabela 3.
Nível de concordância dos candidatos com a afirmação: “Me identifico como aluno da UFS”

Nível de Concordância	Controle	Sem confederação	Confederação endogrupo	Confederação exogrupo	Total
Dircordo totalmente	1 (1,6%)	-	1 (1,7%)	1 (1,7%)	3 (1,2%)
Discordo parcialmente	3 (4,8%)	4 (6,7%)	2 (3,3%)	1 (1,7%)	10 (4,1%)
Neutro	5 (7,9%)	10 (16,7%)	10 (16,7%)	3 (5,1%)	28 (11,6%)
Concordo parcialmente	20 (31,7%)	19 (31,7%)	20 (33,3%)	14 (23,7%)	73 (30,2%)
Concordo totalmente	33 (52,4%)	26 (43,3%)	26 (43,3%)	36 (61,0%)	121 (50,0%)
Não é da UFS	1 (1,6%)	1 (1,7%)	1 (1,7%)	4 (6,8%)	7 (2,9%)
Total	62	60	60	59	242

Quanto a renda dos participantes, ficou evidenciado através de uma correlação de Spearman que há uma correlação negativa e fraca entre a renda do participante e o nível de trapaça apenas no grupo 2 (Grupo sem confederado), a saber, o grupo em que havia possibilidade de trapaça sem a influência do confederado (ρ = -0,276; p = 0,035). Isso significa que quanto maior a renda do participante, menor é o nível de trapaça. Porém é importante reforçar que essa correlação foi considerada fraca e aconteceu apenas no grupo experimental sem o confederado, o que pode sinalizar se tratar de uma correlação espúria.

Foram realizadas diversas análises na tentativa de observar se haveria alguma relação entre a autoeficácia e o comportamento de trapaça. Os dados parecem mostrar que não há uma correlação direta entre autoeficácia e a trapaça nos grupos controle, confederado do endogrupo e confederado do exogrupo, mas ao realizar uma correlação de spearman, o grupo sem confederado, em que havia a possibilidade de trapacear há uma correlação fraca e negativa entre essas duas variáveis (ρ = -0,317; p = 0,014), isso quer dizer que, neste grupo, quanto maior é a autoeficácia do participante, menor é o nível de desonestidade. Há a possibilidade de que o efeito das dicas de pertencimento grupal tenha se sobreposto ao efeito da autoeficácia e por isso tenha diminuído tal efeito da correlação.

Discussão

Ao analisar os resultados da presente pesquisa, é plausível afirmar que fatores não pecuniários influenciaram as decisões dos participantes de relatar um desempenho superior àquele verdadeiramente obtido. Tomando o Modelo da Perspectiva Comportamental Generalizado, apresentado na Figura 1, é possível interpretar que as manipulações experimentais implementadas alteraram as consequências utilitárias (probabilidade de ser punido, Condição 2) e informativas (o significado de “trapacear”, Condições 3 e 4) do comportamento de relatar um desempenho superior ao obtido. Apesar de em um primeiro momento os resultados corroborarem os resultados descritos por Ariely (2012) ao apontar a adequação do método das matrizes para o estudo da desonestidade, obtivemos, na comparação entre as Condições 3 e 4 resultados conflitantes com a literatura (Experimento 1, Gino & Ariely, 2012).

Ao comparar o Grupo Controle com a Condição 2, é possível observar o fenômeno de interesse sendo evocado pelas contingências estabelecidas no experimento. Com a sinalização de que a probabilidade de punição seria nula (ou drasticamente reduzida, para os participantes mais céticos), houve um claro aumento na taxa de trapaça: um aumento de 10 pontos percentuais no número de participantes que manipularam seus resultados. Curiosamente, houve trapaça até mesmo no Grupo Controle (12% dos participantes trapacearam), no qual o participante era informado desde o início que suas respostas seriam corrigidas pelo experimentador.

Embora não tenham sido coletados dados sobre a percepção dos participantes acerca da tarefa experimental, é possível que alguns participantes tenham enxergado a tarefa mais como um jogo do que como uma situação envolvendo uma norma social ("devo me comportar bem, não posso trapacear"). Conforme descrito na Figura 1, podemos considerar que a história de aprendizagem prévia do participante e características físicas e sociais do cenário decisório exercem controle sobre a forma como o participante agirá na situação. Columbus, Münich, e Gerpott (2020) discutem como manipulações nas instruções de uma tarefa afetam a percepção de um participante, determinando em grande parte suas condutas: se um Dilema do Prisioneiro é apresentado como um Jogo Comunitário, suscitará mais respostas colaborativas do que se for apresentado como um Jogo de Livre Mercado (Murphy & Ackermann, 2015). Isso quer dizer que, embora os pesquisadores tenham criado a situação experimental de forma que relatar um desempenho acima do obtido conte como uma transgressão de norma social (contingência programada), é possível que seus efeitos sob o participante tenham sido distintos. Sugerimos para futuras pesquisas com jogos econômicos e dilemas sociais que a percepção do participante sobre a atividade em questão seja inquirida. Tal informação permitirá lançar luz sobre a História de Aprendizagem dos participantes (ver Figura 1), informação indispensável para predições mais acuradas sobre como cada participante agirá na situação experimental. Aconselha-se, também, criar situações experimentais mais ricamente detalhadas, de forma que transgressões sociais sejam mais salientes.

Comparando a Condição 2 com a Condição 3, é possível identificar o efeito de um flagrante ato de desonestidade sobre o comportamento dos demais membros do grupo. Embora na Condição 2 já fosse possível trapacear, a observação de outro participante trapaceando (ou possivelmente trapaceando) sem ser punido na Condição 3 alterou o cenário da decisão, seja tornando mais saliente o fato de que trapaças não seriam punidas ou sinalizando a (in)existência de normas sociais relacionadas àquela ação. De fato, este foi o resultado obtido, com aumento claro na taxa de desonestidade na Condição 3. Este resultado se deu pelo aumento de trapaça entre os já trapaceiros (1.69 matriz adicional por participante na Condição 2 e 2.05 na Condição 3, aumento de 20%), mas também pelo aumento de trapaceiros (ver Figura 4).

Por fim, os resultados obtidos nas Condições 3 e 4 são aqueles que mais desafiam uma interpretação comportamental, pois estabelecem contingências idênticas exceto por um detalhe: a identidade grupal do confederado. Enquanto na Condição 3 ele era identificado como aluno da mesma universidade que os demais participantes, na Condição 4 ele se identifica como aluno de uma universidade "rival". Tal arranjo foi pensado para observar o efeito de variáveis relacionadas à dinâmica intra e intergrupos sobre o comportamento desonesto de seus membros, uma replicação sistemática do Experimento 1 de Gino, Ayal, e Ariely (2009). Em situações experimentais comparáveis, há pesquisas documentando

o “efeito da ovelha negra” (Marques & Yzerbyt, 1988), no qual transgressões à moralidade cometidas por membros do grupo são punidas de forma mais severa, se comparadas a transgressões cometidas por não-membros. Tal punição teria como função restabelecer a reputação do grupo, uma vez que a transgressão a ameaça (Brambilla et al., 2013). Os resultados do presente experimento, no entanto, são contrários aos de Gino, Ayal, e Ariely (2009): participantes do grupo no qual o confederado trapaceiro era de suas universidades apresentaram *menores* taxas de desonestidade em comparação com o grupo no qual o trapaceiro se identificava como aluno de uma universidade rival. O oposto ao observado no experimento original.

Uma possível explicação para esta discrepância reside em uma sutil diferença no valor das recompensas no presente experimento. No artigo original, cada participante recebeu um valor em dólares relativo à quantidade de acertos, seus ganhos dependiam apenas de suas próprias ações. No procedimento aqui adotado, os participantes foram recompensados com bilhetes para um sorteio, criando assim interdependência nas consequências de suas escolhas. Cada bilhete adicional de um participante diminui as chances de todos os demais, afetando diretamente a probabilidade de reforço associadas as decisões envolvidas na atividade. Nos aproximamos, assim, de uma situação como a descrita por Carneiro e Oliveira-Castro (2015), na qual um ato desonesto é compreendido como gerando consequências positivas ao perpetrador e consequências negativas para todos os demais. O alto nível de trapaça observado na Condição 4 efetivamente *diminuiria* o valor dos bilhetes do confederado trapaceiro e poderia ser interpretada como uma punição para a sua trapaça. Mais uma vez, uma medida verbal de como os participantes avaliaram o confederado trapaceiro poderia ajudar a desvendar as bases motivacionais de suas escolhas. Rullo, Presaghi, e Livi (2015), analisando as reações de membros a transgressões de participantes endogrupo e exogrupo, obtiveram resultados distintos para as avaliações (transgressões endogrupo foram mais severamente punidas que as do exogrupo) e para as sanções (não houve diferença nas punições administradas as transgressões).

Voltando para uma análise comportamental dos resultados, provavelmente a presença de um confederado trapaceando tenha diminuído a punição informativa relacionada à trapaça no contexto experimental (“ah, se ele está trapaceando, não tem tanto problema assim”). Embora os participantes tenham sido questionados quanto ao seu pertencimento grupal nas Condições 3 e 4, como todos da Condição 3 se identificaram como alunos da própria universidade, é razoável inferir que não houve motivação intergrupal em jogo nesta Condição. Na Condição 4, pelo contrário, houve uma clara sinalização de competição e é a posição dos autores que somente nesta Condição que deveriam ser assumidas motivações intergrupais. Nela, não apenas houve a diminuição da aversividade da trapaça como na Condição 3, mas também o aumento do reforço informativo associado a “ser melhor que o grupo rival” ou, ainda, o aumento da punição informativa associada ao comportar-se honestamente (“medo de ser trouxa” ou

sugrofobia, Vohs, Baumeister, & Chin, 2007). Em termos utilitários (chance de ganhar o sorteio e probabilidade de ser pego trapaceando), a estrutura das consequências se manteve idêntica, entretanto, as consequências informativas foram alteradas na direção de tornar a trapaça mais valiosa (menos aversiva e/ ou mais reforçadora) ou o comportamento honesto menos reforçador (maior aversividade informativa). O aumento significativo da trapaça nesta Condição seria decorrente destas contingências sociais em vigor. Caso a presente interpretação seja útil, poderíamos identificar situações que aumentariam a probabilidade de trapaça. Se incluíssemos na instrução que, por um erro dos experimentadores (engodo), alguns participantes receberiam atividades mais difíceis que outros, criaríamos condições para que o comportamento desonesto fosse justificável (diminuindo a magnitude de uma punição informativa). Outra modificação que alteraria as consequências informativas da trapaça de modo a torná-la mais provável, no nosso entendimento, seria o acréscimo da informação de que o prêmio dado ao participante renderia um valor igual a uma instituição de caridade. Esperaríamos, nesse caso, um aumento da trapaça.

Conclusões

Este trabalho teve como objetivo replicar sistematicamente o Experimento 1 de Gino, Ayal, e Ariely (2009), alterando as contingências programadas de reforço na tarefa das matrizes de modo a incluir o efeito negativo do ato de desonestidade de um participante sobre os demais. Nessas condições, obtivemos resultados discrepantes com o experimento original: participantes que observaram um membro do exogrupo trapacear foram mais desonestos (em número de participantes e em quantidade de trapaça, medida pela diferença entre matrizes efetivamente concluídas e aquelas relatadas) quando comparados aos participantes que observaram um membro de seu próprio grupo trapacear. Desta forma, foi possível observar que modificações nas contingências de reforço para o comportamento desonesto amplificaram sua frequência na condição experimental que envolveu motivações intergrupais.

Kruger, Heck, Evans, e DiDonato (2020) apontam como o desejo de estabelecer e manter uma boa reputação e outros fatores sociais são ingredientes relevantes para a tomada de decisão e foram tradicionalmente negligenciados pelos modelos de Tomada de Decisão Racional. No entanto, “a sensibilidade à própria reputação social não resulta em um ímpeto unidirecional no sentido de uma maior cooperação e moralidade” (p. 251). Em outras palavras, as contingências sociais que afetam nossas escolhas não operam unicamente na construção de repertórios comportamentais prossociais, como pode ser visto nos resultados descritos.

Algumas limitações do presente estudo necessitam de destaque. Primeiramente, o tamanho da amostra deve ser aumentado para que seja possível observar se a relação entre as variáveis aqui descrita se mantém. Apesar de observarmos uma tendência na comparação entre condições,

a diferença estatisticamente significativa foi encontrada apenas na comparação entre o Grupo Controle e a Condição 4. Devido ao não registro do relato verbal dos participantes, parte das interpretações aqui propostas são apenas inferências sobre possíveis variáveis de controle. Como já foi feito anteriormente no texto, recomendamos fortemente que seja obtida a maior quantidade possível de dados sobre o que os participantes pensam e interpretam da situação. Por último, julgamos necessário que outros métodos para o estudo do comportamento desonesto sejam explorados para que determinemos se os resultados aqui descritos são característicos do método das matrizes ou se serão encontrados em qualquer procedimento que investigue desonestidade. Sugerimos a ampliação não apenas do repertório de métodos experimentais, mas também a utilização de dados secundários e outras estratégias metodológicas que permitam alcançar um número maior e mais diverso de participantes.

Referências

Ariely, D. (2012). *A mais pura verdade sobre a desonestidade: por que mentimos para todo mundo: inclusive para nós mesmos* (Leonardo Abramowicz trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Bambrilla, M., Sacchi, S., Pagliaro, S., & Ellemers, N. (2013). Morality and intergroup relations: Threats to safety and group image predict the desire to interact with outgroup and ingroup members. *Journal of Experimental Social Psychology*, *49*, 811–821. https://doi.org/10.1016/j.jesp.2013.04.005

Becker, G S. (1968). Crime and Punishment: An Economic Approach. *Journal of Political Economy*, *72*, 135–155. https://doi.org/10.1007/978-1-349-62853-7_2

Carreiro, P. L., & Oliveira-Castro, J. M. (2016). A functional analysis of corruption from a behavioral-economic perspective. Em G. R. Foxall (Org.), *The Routledge Companion to Consumer Behavior Analysis* (pp. 258–271). Abingdon: Routledge.

Columbus, S., Münich, J., & Gerpott, F. H. (2020). Playing a Different Game: Perceived Interdependence as a Mechanism Underlying Framing Effects on Cooperation in Social Dilemmas. *Journal of Experimental Social Psychology*, *90*, 1–14. https://doi.org/10.1016/j.jesp.2020.104006

Fagerstrom A., Foxall, G. R., & Arntzen, E. (2010). Implications of motivating operations for the functional analysis of con- sumer behavior. *Journal of Organizational Behavior Management*, *30*, 110–126. https://doi.org/10.1080/01608061003756331

Foxall, G. R. (2016). *The Routledge Companion to Consumer Behavior Analysis. Abingdon*: Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315850696

Foxall, G. R. (2004). *Consumer Psychology in Behavioral Perspective*. Beard Books, Frederick, MD. (Trabalho original publicado em 1990.)

Foxall, G. R. (1998). Radical behaviorist interpretation: generating and evaluating an account of consumer behavior. *The Behavior Analyst*, *21*, 321–354. https://doi.org/10.1007/BF03391971

Foxall, G. R. (2001). Foundations of consumer behaviour analysis. *Marketing Theory*, *1*, 165–199. https://doi.org/10.1177/147059310100100202

Gino, F., & Galinsky, A. D. (2012). Vicarious dishonesty: When psychological closeness creates distance from one's moral compass. *Organizational Behavior and Human Decision Processes, 119*(1), 15–26. https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2012.03.011

Gino, F., Ayal, S., & Ariely, D. (2009). Contagion and differentiation in unethical behavior: The effect of one bad apple on the barrel. *Psychological Science*, *20*(3), 393–398. https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2009.02306.x

Krueger, J. I., Heck, P. R., Evans, A. M., & DiDonato, T. E. (2020) Social game theory: Preferences, perceptions, and choices. *European Review of Social Psychology*, *31*(1), 222–253. https://doi.org/10.1080/10463283.2020.1778249

Marques, J. M., Yzerbyt, V. Y., & Leyens, J. P. (1988). The "Black Sheep Effect": Extremity of judgments towards ingroup members as a function of group identification. *European Journal of Social Psychology*, *18*(1), 1–16. https://doi.org/10.1002/ejsp.2420180102

Mazar, N., Amir, O., & Ariely, D. (2008). The dishonesty of honest people: A theory of self-concept maintenance. *Journal of Marketing Research, 45*, 633–644. https://doi.org/10.1509/jmkr.45.6.633

Murphy, R. O., & Ackermann, K. A. (2015). Social preferences, positive expectations, and trust based cooperation. *Journal of Mathematical Psychology*, *67*, 45–50. https://doi.org/10.1016/j.jmp.2015.06.001

Oliveira-Castro, J. M., Foxall, G. R., Yan, J., & Wells, V. K. (2011). A behavioural-economic analysis of the essential value of brands. *Behavioural Processes, 87*, 106–114. https://doi.org/10.1016/j.beproc.2011.01.007

Rullo, M., Presaghi, F., & Livi, S. (2015). Reactions to ingroup and outgroup deviants: an experimental group paradigm for black sheep effect. *PloS one*, *10*(5), e0125605. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0125605

Sigurdsson, V., Kahamseh, S., Gunnarsson, D., Larsen, N. M., & Foxall, G. R. (2013). An econometric examination of the behavioral perspective model in the context of Norwegian retailing. *The Psychological Record*, *62*, 277–294. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0125605

Vohs, K. D., Baumeister, R. F., & Chin, J. (2007). Feeling Duped: Emotional, Motivational, and Cognitive Aspects of Being Exploited by Others. *Review of General Psychology*, *11*(2), 127–141. https://doi.org/10.1037/1089-2680.11.2.127